

O TERRITÓRIO QUILOMBOLA FURNA DOS BAIANOS EM AQUIDAUANA-MS-BR COMO ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE E DO MEIO AMBIENTE

Temática: Desarrollo local, territorio y actores locales

Larissa Cristina Brandão Cardoso

Ana Fábria Damasceno Silva Brunet

Acadêmicas do Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Aquidauana. E-mails: cardosogeoufms@hotmail.com;
anafabiabrunet@hotmail.com

Vicentina da Anunciação Socorro

Professora do Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Aquidauana. E-mail: viqueceua@bol.com.br

O conceito da identidade consiste nas múltiplas diferenças de uma sociedade, na auto percepção e atribuição do outro. Na perspectiva geográfica a identidade é repensada concomitante a um recorte espacial, o processo identitário está interligado a um espaço e aos meios de se reproduzir neste. Neste artigo o foco é a identidade quilombola que perpassa por discussão do contexto histórico, territorial e as múltiplas análises internas e externas. Repensando historicamente a apropriação da natureza no território da Comunidade Negra Rural Quilombola da Furna dos Baianos no distrito de Piraputanga, pertencente à Aquidauana, no estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, e como esta comunidade representa um espaço de preservação da identidade e do meio ambiente. O objeto consiste em discutir a identidade e a natureza tendo o território da comunidade como espaço de preservação de ambas as categorias. Na discussão do espaço da natureza deste *locus* identitário o entendimento espacial consiste no misto de sistemas de objetos e sistemas de ações, e no contexto do recorte espacial da natureza apropriada, modificada e repensada pela dinâmica socioespacial. A pesquisa que resultou neste artigo ocorreu em dois momentos, pesquisa de campo e bibliográfica. As etapas foram em duas visitas *in loco* com a comunidade quilombola, tendo entrevistas com moradores da comunidade, além dos estudos bibliográficos acerca da temática. Resultou na discussão do desenvolvimento das concepções acerca da natureza concomitante a organização espacial, concepção acerca do espaço e do seu recorte, o território na perspectiva identitária, correlacionando a questão quilombola em foco à apropriação do espaço, concomitante da natureza. Conclui-se que o processo de auto afirmação da comunidade quilombola em questão consiste numa especificidade própria deste grupo em que a auto atribuição quilombola não objetiva a conquista e obtenção de um território, por conta da apropriação histórica peculiar deste grupo. O processo de afirmação pensa na conquista dos direitos de sistemas de objetos, por meio dos sistemas de ações para a reprodução do território e das famílias, como desenvolvimento local. O processo de construção da identidade tem relação com o que a população negra rural se auto identifica, como equivalente pela identificação do outro, o que o outro os identificam também importa neste processo de auto afirmação da identidade quilombola.

Palavras-chave: Identidade. Natureza. Território Quilombola. Espaço.

1. Introdução

O conceito identitário quilombola e/ou remanescente quilombola perpassa por uma ampla discussão por conta de relacionar com o contexto histórico e territorial em questão e as múltiplas análises internas e externas. Contudo “Falar dos quilombos e dos quilombolas no atual contexto é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção.” (SANTOS, 2009, p.154). Tendo em consideração o Decreto nº 4.887 na legislação federal de novembro de 2003, ser quilombola legalmente se trata de um critério de “auto reconhecimento coletivo”. É importante considerar que a identidade quilombola está relacionada a um projeto político e o direito à propriedade da terra, um território (SANTOS, 2009, p.154-159). Nesta perspectiva justifica-se discutir o contexto da comunidade quilombola das Furnas dos Baianos no distrito de Piraputanga pertencente ao município de Aquidauana, porém antes deste panorama local foi feito um histórico global do sentido e apropriação da natureza, e posterior há a discussão da identidade territorial.

A problemática em questão se trata em corresponder qual sentido conceitual a natureza tem para a comunidade em questão, pensada a partir da relação com o território e o sentido da terra foi e é para os quilombolas. Além de repensar este território como um modo de preservação da identidade e do meio ambiente, pensando ações que podem potencializar isto.

Metodologicamente as etapas para estas reflexões consistiram em pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo que contou com entrevistas, registros fotográficos, filmagens e registros escritos. As autoras fizeram duas visitas para conhecer a dinâmica do território identitário quilombola, com observação e conversa com moradores das Furnas¹.

Aquidauana consiste em um multiterritório e culturas, que criam e recriam diversos territórios, em um mesmo território. Sua extensão territorial de 16.957 km² sendo que a população tem cerca de 46.998 pessoas, distribuídas na parte urbana, nos distritos de Cipolândia, Camisão, Piraputanga e Taunay (IBGE, 2014). Localiza-se à noroeste no estado de Mato Grosso do Sul, que se localiza nacionalmente na região Centro Oeste brasileira (Figura 1). É no distrito de Piraputanga que está presente a comunidade quilombola, o território quilombola fica entre os distritos de Camisão e Piraputanga ao sul do município, como pode ser observado na Figura 1. O território é cercado de morrarias pertencentes a Serra de Maracaju, esta posição entre morros que configura a nomenclatura Furnas.

¹ Dois idosos contribuíram com informações para o “Estudo de caso” desta comunidade. O senhor “A” que chegou no ano de 1960 e o senhor “B” que chegou no ano de 1952. As filhas do senhor “A” participaram do momento de conversa das autoras com o pai. A primeira conversa ocorreu no dia 22 de junho de 2014, a segunda foi dia 10 de julho de 2014.

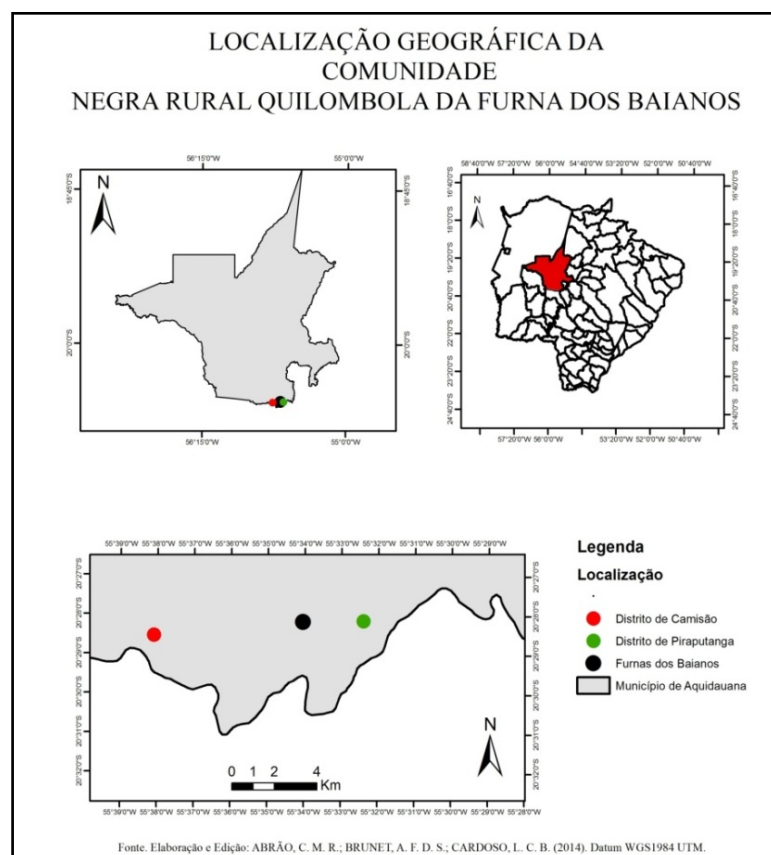


Figura 1 – Mapa de Localização Geográfica da Comunidade Negra Rural Quilombola Furna dos Baianos.

O objetivo geral consiste em discutir a identidade e a natureza no território da Comunidade Negra Rural Quilombola das Furnas dos Baianos como espaço de preservação da identidade e do meio ambiente. Objetivando especificamente, apresentar ênfase no processo de construção do conceito da natureza desde a natureza e homem primitivo. Apresentar conceitos acerca da identidade territorial quilombola. Contextualizar a comunidade quilombola deste estudo. Apresentar possibilidades para práticas de geoturismo, geoeducação e geoprodutos, a fim de potencializar a identidade e o respeito à natureza do local.

2. Base teórica conceitual do “meio natural” à concepção contemporânea de natureza e entendimento identitário

A natureza detém múltiplas concepções, pois várias parcelas da sociedade tem seu próprio conceito acerca do que seja natureza. O conceito da natureza não é uma construção natural dela mesma, resulta de construções sociais, se tornando o que sustenta a dinâmica social (GONÇALVES, 2006, p. 22). Haja vista que consiste em um conceito polissêmico, mas que suas raízes e sua compreensão pela sociedade ocidental ocorrem por meio de um contexto histórico, esta compreensão está mediada aos entendimentos científicos e aos condicionantes históricos.

Milton Santos organiza a “história do meio geográfico” em três momentos, que consistem “o meio natural, o meio técnico, o meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2006, p.156). A respeito do meio natural que consistiu no homem primitivo que se organizava na propriedade coletiva com integração harmônica, pois o homem era nômade e a busca na natureza o necessário para sua sobrevivência. Neste momento a apropriação da natureza era dada conforme a necessidade para a sobrevivência humana, sem utilizar excedentes, não provocando mudanças. Contudo “As transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas e animais aparece como um momento marcante: o homem mudando a natureza, impondo-lhe leis. A isso também se chama técnica.” (SANTOS, 2006, p.157). A relação do homem com a natureza consistiu num modelo de agricultura itinerante pensada na conservação e recuperação da natureza, contudo, configurando o Determinismo Ambiental de Ratzel.

A concepção de natureza perpassa por outro viés mediante ao contexto histórico, viés este que ocasiona a dicotomia da natureza e do homem, que historicamente

[...] **a separação homem-natureza** (cultura-natureza, história-natureza) é uma característica marcante do pensamento que tem dominado o chamado mundo ocidental, cuja matriz filosófica se encontra na Grécia e Roma clássicas. [...], a afirmação desta oposição homem-natureza se deu, no corpo da complexa História do Ocidente, em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais. Ter isso em conta é importante não só para compreender o processo histórico passado, mas, sobretudo, para compreender o momento presente. (GONÇALVES, 2006, p.28). (o grifo é nosso)

Ocidentalmente esta concepção dicotômica consiste em uma herança advinda de um pensamento originado da Grécia no século VI a.C, com reflexão acerca da natureza e do homem, por filósofos como Tales, com explicação desassociada do sobrenatural. O pensamento racional da natureza orgânica e imutável surge do império Romano, com filósofos como Aristóteles e Ptolomeu.

“[...] Aristóteles que se começa a assistir a um certo desprezo “pelos pedras e pelas plantas” e a um privilegiamento do homem e da ideia. [...] expressando um pensamento mítico e não filosófico. [...] se inicia uma mudança no conceito de *physis*, de natureza que, se num primeiro momento não aparece senão debilmente, pouco a pouco se afirmará até atingir contemporaneamente essa concepção de natureza desumanizada e desta natureza não-humana. (GONÇALVES, 2006, p.31).

Essas são as raízes das concepções presentes, conforme Gonçalves são importantes para entender o ideário presente acerca da natureza. Quando se pensa a natureza de forma mítica, pensando o homem externo da natureza, ou a natureza externa do homem, contudo foi considerado o homem acima da natureza, em outro patamar e com privilégio. “É com Descartes, todavia, que essa oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto se tornará mais completa, constituindo-se no centro do pensamento moderno e contemporâneo.” (GONÇALVES, 2006, p.33).

Os objetos técnicos, maquinicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, [...]. **Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são locus de ações “superiores”, graças à sua superposição triunfante às forças naturais.** Tais ações são, também, consideradas superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes – o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, como instrumentos que já não são prolongamentos do território, verdadeiras próteses. (SANTOS, 2006, p.158) (grifos nossos)

Neste contexto do “meio técnico” de Milton Santos é perceptível a dicotomia natureza e homem, contando com a superioridade do homem sobre a natureza, tendo em vista uma “superposição” do homem sobre as forças da natureza, tendo o homem o poder de agir na natureza, nesta perspectiva não se busca novos territórios, mas insere novas territorialidades, consideradas como “próteses” para Santos. Neste contexto é perceptível o ideário possibilista de La Blache, em que a mediação humana tem fortes influências sobre o meio natural.

Para o contexto histórico, a configuração das sociedades percorre novos caminhos, pela crise do Feudalismo e emergência e expansão do Capitalismo, com isto todas as variáveis constituem novas relações, desde as políticas aos arranjos espaciais e constituição de Estados nacionais. A expansão marítima comercial consiste em um marco de exploração de novos territórios americanos, africanos e asiáticos, constitui a divisão de classes, existindo outras relações sociais.

Mediante tantas mudanças o conceito de natureza também precisa se adequar às exigências que a expansão do capitalismo sobrepunha, era preciso romper com a concepção greco-medieval de natureza. Para isto se sobressaem os filósofos Francis Bacon e René Descartes, quando para Bacon deveria explorar a natureza, enquanto Descartes instituiu a racionalidade mecanicista, atribuindo razão ao capitalismo. É no século XVI e XVII quando a ciência passa a corresponder ao viés capitalista, sendo usada para dominar e controlar a natureza, em um comportamento antiecológico.

A natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, o homem, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da

natureza. Assim, são alguns poucos homens que dela verdadeiramente se apropriam. (GONÇALVES, 2006, p.26).

Neste momento a natureza é constituída como objeto que tende a ser apropriado pelo capitalismo, a propriedade da natureza esta para uma pequena parcela da sociedade, enquanto que os impactos ambientais estão socializados. A concepção de Charles Darwin, o naturalista, de seleção natural está pautada nas leis de mercado e isto exemplifica o fato da ciência a favor do domínio capitalista. A seleção, nesta perspectiva, consiste em pessoas que se sobressaem economicamente versus aos que fica à margem, que são inteiramente culpados pelo fato. Perceptível e comprobatório a ciência a favor do domínio capitalista e burguês. Nesta perspectiva, “[...] o conhecimento cartesiano vê a natureza como um recurso, ou seja, como nos ensina o Dicionário do Aurélio, um meio para se atingir um fim [...]” (GONÇALVES, 2006, p.33). Desta forma, torna-se compreensível o uso da ciência correspondendo à apropriação da natureza como objeto a servir preceitos da lógica do mercado.

Com o desenvolvimento mercantil e, com ele, da burguesia a riqueza passa cada vez mais a depender da técnica. A pragmática filosofia cartesiana encontra um terreno fértil para germinar. O antropocentrismo consagrará a capacidade humana de dominar a natureza. (GONÇALVES, 2006, p.34).

O terceiro momento da história do espaço geográfico corresponde ao “meio técnico-científico-informacional”, em que a

[...] união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global. A ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica. (SANTOS, 2006, p.159).

Em tempo da Globalização toda organização socioespacial e ideológica está apropriada e reproduzida sob a perspectiva do mercado, viés capitalista. Desde o meio natural determinista, temos um homem cada vez mais externalizado, dono e ditador da natureza, a natureza esta apropriada por um pequeno grupo que a privatizou, bioimperialismo, mas que socializa os impactos, desastres e poluições por tantas próteses em que sufoca o pequeno e disputado espaço da natureza ainda natural, mediante ao espaço da natureza artificializada, “tecnificada”, cientificada, “ideologificada” e tantas outras analogias que aqui caberiam, que são entendidos pelo contexto histórico filosófico e da relação do homem com a natureza.

A natureza do espaço e o espaço da natureza consistem no espaço do homem? Para responder tal questão seria necessário trabalhar com um entendimento holístico, neste contexto conceituará o espaço na dinâmica socioespacial.

Sposito (2004) aborda o conceito de espaço em diversas referências da geografia. Santos conceitua espaço com influências de Karl Marx e Henri Lefèbvre, cujo

[...] a constituição do conceito de formação socioespacial, cuja base está no conceito marxista de formação socioespacial, é importante porque modo de produção, formação socioeconômica e espaço tem que ser encarado como “fator social e não um reflexo social”. (SPOSITO, 2004, p.89).

A reflexão consiste que espaço deve ser considerado enquanto uma categoria, mediante sua colocação na relação com a sociedade não resultará em um reflexo desta, mas como um fator social. Assim, “o espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é, um resultado da produção, o espaço é um objeto social” (SANTOS, 1978, p. 178 *apud* SPOSITO, 2004, p. 91), assim resulta na “natureza socializada” o que para os geógrafos consiste o espaço geográfico.

Em uma concepção antiga de espaço de Milton Santos (1978) considerava esta categoria como um conjunto de fixos e fluxos. Em meio tempo outro conjunto foi repensado pelo autor (1988) que consiste na “configuração territorial e, de outro, as relações sociais”. A concepção dita atual consiste no espaço formado pelo “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação” (SANTOS, 2006, p.39). Além do indissociável, historicamente se tem os contextos “solidário e também contraditório” dessa junção de sistemas, pois

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

O espaço é hoje **um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade**, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. (SANTOS, 2006, p.39) (grifo nosso)

Santos contextualiza historicamente, o que já foi refletido anteriormente, da natureza selvagem e o homem primitivo, determinismo até o possibilismo atual, ou quem sabe um neodeterminismo, relacionado às técnicas. É visto que o autor diagnostica que os resultados da relação socioespacial, sendo o espaço este conjunto atual de sistemas ambos estão preenchidos de artificialidade, que tende cada vez mais artificializar, com objetivos estranhos para um território material como para quem o habita, a tal relação socioespacial.

Para Cruz (2007, p. 13) a globalização tem prestado novas atribuições para o ideário “espaço-temporal” das sociedades, o provoca novas perspectivas para a identificação territorial, e com isto as “identidades territoriais” tem se construído por meio de vários tempos e espaços. Todo este processo resulta na “homogeneização global da cultura”, sendo potencializado pelo consumo. Mas por outro lado, tem visto um apreço pela questão identitária, o diferente, ou também o contrário do apreço, tendo em vista que a “questão identitária” está ligada a conflitos territoriais. Contudo cada identidade tem sua relação com a natureza apropriada pelos agentes deste contexto, que se configura do espaço geográfico e seu recorte, o território, pois para um grupo identitário se reafirmar é necessário um território, para resultar nas suas territorialidades.

Na geografia, esse debate ganha significado e importância ampliada na medida em que a intensificação da afirmação das identidades vem se realizando através de uma espécie de neo-territorialismo, de uma re-valorização das territorialidades como elemento de afirmação das identidades em múltiplas escalas, ocorrendo uma verdadeira “eticização dos territórios” como nos apontam Claval (1999) e Haesbaert (2001). (CRUZ, 2007, p.14).

É perceptível que com o “neo-territorialismo”, a relação de uma identidade para com o território tem relação intrínseca, no entanto há uma conceituação e discussão sobre identidade territorial, o território reafirma a identidade. A Geografia tem promovido reflexão acerca deste assunto, a respeito do contexto do território da identidade e da identidade territorial,

O território, por outro lado, não é outro senão um espaço relacional que se constrói no tempo como produto de um processo de sedimentação cultural, um processo que tem o seu motor próprio na relação identitária que se instaura entre uma comunidade e o espaço da qual esta se apropria.

[...] o território pode ser entendido como aquela porção do espaço geográfico na qual uma determinada comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual ou coletivo, cuja especificidade – entendida como diferenciação do entorno geográfico – descende do processo de interação entre esta comunidade e o ambiente (POLICE, 2010, p.8).

Contudo a revalidação de uma identidade consistirá na relação com seu espaço vivido, apropriado, em que o grupo se reconhece, se auto identifica e tem forte relação e dependência do território. Cruz (2007) discute três relações que estão inseridas na categoria “identidade e território”, primeiro consiste na relação entre “diferença, identidade e identificação”, logo a ligação da “identidade com as relações de poder”, e por último a “especificidade da identidade territorial”, ambas as relações refletidas pelo autor compreende a dinâmica da identidade territorial e outros agentes que estão inseridos neste contexto.

A primeira relação de Cruz (2007, p.17) consiste que a auto afirmação de uma identidade depende do outro, do diferente, pois a construção do entendimento de uma identidade não se dá

somente pelo sujeito ou pela comunidade, é preciso ter a auto identificação mas o contraste do outro, o que o outro contrapõe em relação da identidade daquele sujeito também importa para a concepção da identidade.

[...] as identidades e os sentimentos de pertencimento são construídos de maneira **relacional e contrastiva** e muitas vezes **conflitiva** entre uma **auto-identidade** (auto-atribuição, auto-reconhecimento) e uma **heteroidentidade** (atribuição e reconhecimento pelo outro. (CRUZ, 2007, p.17) (grifos nossos)

Para Cruz a construção da identidade perpassa pelas atribuições conforme relações de poder que podem “marcar projetos e interesses distintos” (CRUZ, 2007, p.19). Neste contexto há relação intrínseca entre o “cultural” e o “político”, numa dinâmica que constrói o entendimento da identidade.

2.1 Identidade Territorial Quilombola

Para Moraes (2011, p.74) a colonização consiste numa expansão do território, que resulta da dinâmica “sociedade-espaco”, este espaco consiste na natureza apropriada pelo homem. O território brasileiro (na verdade o território dos indígenas, pois Brasil é uma criação dos colonizadores) não foi considerado nação, mas sim uma “periferia colonial”. Neste contexto histórico interessa o destaque para a apropriação da natureza e o desenvolvimento econômico desde o ciclo do açúcar dos colonizadores que foi quando inseriu a mão de obra escrava.

No contexto do Brasil colonial Ribeiro (1995, p.113) dissertou que os negros trazidos ao Brasil eram da Costa Ocidental da África, consistindo em três grandes grupos culturais Yoruba (*nagô*), Dahomey (*gegê*) e Fanti-Ashanti (*minas*), além de outros grupos menores. Cada grupo específico carregou em sua vinda ao Brasil colonial culturas imateriais. No entanto os costumes culturais africanos pouco contribuíram para a “formação daquela protocélula original da cultura brasileira” (p.114). No entanto as contribuições consistiram no trabalho escravo que sustentou o ciclo do engenho, concomitante para processo de miscigenação do povo brasileiro. Nesta perspectiva da exploração da mão de obra escrava no engenho e na mina, fizeram com que os africanos “iam sendo radicalmente deculturados pela erradicação de sua cultura africana” (p. 117).

A Constituição do século XVIII no ano de 1740 conceituava quilombo como “habitação de negros fugidos”, para Santos (2009) o conceito clássico de quilombo consistirá nesta perspectiva de fuga e um local organizado pelos fugitivos para viverem, pelo senso comum ainda é esta concepção. Mas novas interpretações surgiram no desenrolar de produções que rediscutiu o conceito, “os quilombos não são mais vistos como grupos que surgiram genuinamente através da resistência que os negros estabeleceram no período da abolição. Os estudiosos desta temática costumam apontar diversas possibilidades para explicar a origem dos quilombos contemporâneos” (p.156). A partir dos anos 70 do século XX foi evidenciada a dívida do Estado brasileiro com a população negra, tendo isto era preciso expandir a discussão acerca da “identidade das comunidades negras rurais” (SANTOS, 2009, p.157), e pensar que há outras formas para o agrupamento de negros em área rural.

A Comunidade Quilombola Furna dos Baianos tem um contexto histórico próprio de formação no qual sua origem não está pautada em um território de antigos quilombos, relacionados às áreas de negros refugiados, e também não consiste em um movimento pelo direito a terra, mas a especificidade (que será especificada mais a frente) não os nega a identidade quilombola, pois

[...] a maioria das muitas comunidades negras rurais espalhadas pelo país, em conflito pelo reconhecimento da posse tradicional de terras coletivas, então majoritariamente identificadas como “terras de preto” (Almeida 1989 e 2002), nem sempre se associava à ideia histórica clássica do quilombo. (ABREU; MATTOS, 2011, p.2).

A constituição do conceito quilombola atual está pautada na auto atribuição conforme o Decreto nº 4.887/03 no art. 2º

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com

presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, Decreto Federal nº 4.887, 2003)

O art. 68 do Ato das Disposições Transitórias “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1997). Nesta perspectiva legal a identidade quilombola contemporaneamente consiste em uma atribuição jurídico-institucional no qual deve estar interligado com a luta e conquista pela terra, território. A caracterização da comunidade quilombola está fortalecida pela identidade étnica atribuída corroborada pela territorialidade que promove autonomia (SANTOS, 2009).

O estudo de caso do processo de ocupação pela família da comunidade quilombola das Furnas dos Baianos demonstra um contexto específico em relação ao modo de adquirirem o direito à terra, pois as famílias compraram e tem posse do território que vivem, todos devidamente documentados por meio da compra e não pelo reconhecimento legal de propriedade definitiva. O reconhecimento como tal foi efetivado por se a auto identificarem como quilombolas, sendo mais específico pela ideia de um conceito próprio para quilombolas e com fim de conquistar direitos enquanto esta identidade. O grupo foi reconhecido como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 2004 (OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA, 2013).

A subsistência da família quilombola consistiu na relação com o espaço, a princípio uma “natureza selvagem” que ocorreu na ocupação no entorno do Córrego das Antas objetivando moradia e sustento das necessidades e vivências humanas. Este recorte espacial, território, incorporou a produção da agricultura familiar para o sustento e venda de excedente no qual era escoado via férrea. Contudo têm-se sistemas de ação e sistemas de objetos com ligação intrínseca para o desenvolvimento da família quilombola. A utilização da natureza para refletir conceitos próprios e que está inserido como o ideário de que o termo “furnas” significa “área entre morros”. A natureza esta apropriada na perspectiva material para a necessidade humana, e na perspectiva imaterial para construir conceitos próprios.

A discussão da identidade territorial quilombola de Aquidauana está inserida na auto identificação que configura esta comunidade como tal, não pelo território ter um contexto histórico de remanescente de quilombola, mas que mesmo que sua a comunidade tenha adquirido as terras por compra, o sistema de ações engendram a conquista de direito para o sistema de objetos se efetivarem e dar continuidade ao processo de estabelecimento da territorialidade e do território identitário, por meio da garantia de direitos.

3. A Comunidade Quilombola Furna dos Baianos

As Furnas dos Baianos, ocupadas pelos povos quilombolas, analisada neste contexto é um pequeno recorte do território aquidauanense, pertencentes aos povos quilombolas oriundos dos municípios de Mundo Novo do estado da Bahia. A existência desses povos situados entre os distritos de Camisão e Piraputanga, no município de Aquidauana configurou-se em um novo território, ocupado e transformado por uma identidade territorial.

As terras teve seu marco de ocupação pelos quilombolas no dia 06 de dezembro no ano de 1952 com a vinda dos baianos para Mato Grosso do Sul. Segundo Neto (2005) essas terras faziam parte da Fazenda Palmar, propriedade privada, que foram invadidas por garimpeiros, que conseguiram a desapropriação das terras e posteriormente venderam os lotes para o grupo de baianos.

Os baianos saíram do nordeste de “pau de arara” até o estado de São Paulo, depois a viagem continuou de trem até Piraputanga, o primeiro grupo era composto por quarenta e nove pessoas. As famílias chegaram nas novas terras na expectativa de encontrar sustento, uma vida sem opressão e o reconhecimento histórico para os negros que sempre foram oprimidos e tratados como povos inferiores no Brasil desde a escravidão.

Ao avistarem as terras se depararam com paisagem natural e com as riquezas que o estado de Mato Grosso do Sul possui. Algo notório foi a existência de animais silvestres, em especial a anta, que podiam ser vistas frequentemente, com essa presença inevitável as pessoas que ali

estavam se alimentavam da caça das antas. E o córrego localizado no meio das furnas já recebia o nome de Córrego das Antas. Na Figura 2 pode ser visto a estrada e ponte que liga as Furnas 1 e 2, no fundo de vale é que está localizado o Córrego das Antas. Ambos os lados tem morrarias como pode ser visto na figura, a fotografia é atual.



Figura 2 – Furna dos Baianos dividida pelo Córrego das Antas. (Fonte: BRUNET e CARDOSO, 2014).

Múltiplos fatores contribuíram para a territorialização das famílias de baianos nas Furnas, êxito no plantio e colheita, água em abundância, solo propício à plantação e clima favorável a estadia, com estações do ano bem definidas, verão, quente e chuvoso e inverno seco e frio, predominando durante o ano o verão.

Era uma nova expectativa de vida, em Mundo Novo havia dificuldade no plantio da mandioca para a fabricação de farinha, pois era mais demorado e não tinha a mesma qualidade. Os baianos trouxeram a técnica das farinhas, muito utilizada na região nordestina. O plantio da mandioca e a produção da farinha consistiram em uma das bases econômicas da comunidade, pois o produto era escoado pela estação ferroviária de Piraputanga para Corumbá no trem. Concomitante também havia o plantio de arroz, feijão, milho, banana que serviu para subsistência e comercialização do excedente para Corumbá.

No ano 1960 chegaram o segundo grupo de pessoas, que também adquiriram seus terrenos por meio da compra, de outros proprietários e se uniram para a permanência de uma grande família neste lugar.

Para as pessoas que vieram e encontraram uma nova perspectiva de vida nessas terras, o espaço ocupado era muito mais que um lugar, dali eles passaram a tirar o seu sustento e de seus familiares. Sauer (1983) discute que lugar é muito mais que um espaço geográfico, não somente descritivo e estritamente locacional, o lugar está relacionado à paisagem cultural e a relação de afetividade do homem com a natureza. Para os descendentes de quilombos essa área constitui-se em um sentimento de pertencimento e apropriação na perspectiva de dominação.

Na década de 1990 foi suspenso o trem de passageiros da Noroeste do Brasil, que era responsável pelo escoamento da produção da farinha para a comercialização. Com este marco uma nova organização social e econômica se configurou. A produção que era escoada pelo trem neste contexto não tinha como ser comercializada. Diante deste fato os jovens buscaram na cidade oportunidades de emprego, ficando no campo os idosos aposentados (NETO, 2005). Os idosos durante as entrevistas confirmam o êxito urbano dos jovens, relatando que para os jovens a vida hoje segue uma nova direção, a de morar, estudar e trabalhar na cidade.

A Associação da Comunidade Negra Rural Furna dos Baianos segundo a Fundação Cultural Palmares foi criada no ano de 1994 e em 2004 foi reconhecida como descendentes de quilombolas. Atualmente encontra-se morando nas Furnas dos Baianos (I e II) 28 famílias, que cultivam produtos para o consumo, entre eles, feijão, mandioca, coco e milho e comercializam os excedentes. A atividade de pecuária é pouco desenvolvida, apenas algumas vacas leiteiras para consumo próprio,

conforme se verifica na Figura 3, no segundo plano da fotografia é possível perceber o cultivo de milho e aos fundos parte de um morro.



Figura 3 – Atividades econômicas: pecuária e agricultura de subsistência. (Fonte: Arquivo pessoal de ELIENE, 2013).

Durante o trabalho de campo verificou-se uma atividade econômica diferenciada praticada por um dos moradores, o presidente da Associação, que consistia na fabricação de prótese dentária tendo o laboratório em sua casa. Segundo informações coletadas na entrevista o presidente é responsável pelas atividades políticas de garantia dos direitos identitários, e suas próteses atendem os municípios de Aquidauana e Campo Grande, também cultiva alguns culturas como mandioca e feijão.

No ano de 2009 foi inaugurado a Farinheira da Associação (FIGURA 4), na data das visitas à farinheira encontrava-se desativada, alguns moradores atribuíram o motivo pela falta de água (bomba estragada), outros moradores atribuíram a não comercialização, a pouca quantidade de matéria prima produzida. Nas visitas, encontramos em uma residência, uma farinheira artesanal desativada que segundo os membros de sua família é utilizada para fazer farinha algumas vezes por ano para o consumo familiar e que ainda existem nas furnas mais duas farinheiras artesanais.



Figura 4 – Farinheira da associação. (Fonte: BRUNET e CARDOSO, 2014).

A comunidade quilombola constitui de costumes tradicionais, como a festa realizada nas furnas no período das festas juninas, com comidas típicas, música e dança. A festa é realizada na Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola da Furna dos Baianos, Figura 5, excepcionalmente no ano de 2014 a festa não foi realizada por questões burocráticas em relação à

licença do Corpo dos Bombeiros, pois a estrutura do galpão é de palha. Para a comunidade as adequações exigidas descaracteriza a tradição da festa, no entanto esta havendo a busca por recursos para adequação às exigências.



Figura 5 - Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola das Furnas dos Baianos. (Fonte: BRUNET e CARDOSO, 2014).

Em conversa com os moradores da comunidade sobre o entendimento identitário próprio, os idosos não detêm conhecimento do termo quilombola, estes se definem em um grupo de baianada oriundos da Bahia, os mais novos se reconhecem como povos quilombolas. Sobre esta afirmação esta comunidade esta reconhecida pela Fundação Cultural de Palmares e o mais importante perante o Decreto Federal nº 4.997 de 20 de novembro de 2003, é autodefinido por eles mesmos. A relação com o território por parte da comunidade é que demonstra sua relação com a natureza, que será apresentado no próximo subtítulo.

3.1 Natureza para a Comunidade Negra Rural Quilombola das Furnas dos Baianos

Mediante ao histórico da concepção de natureza no mundo ocidental, o conceito de natureza dominante da comunidade em questão tem encontros nesta perspectiva em pensar a natureza. No contexto histórico, desde as chegadas dos primeiros moradores, o que se buscava era um lugar que pudesse desenvolver o sistema agrícola que consistiria no modo de viver da comunidade. A busca por uma natureza que potencializasse suas produções familiares e vendas. Além de haver um histórico que no período da chegada, havia muitas antas, estes animais serviram de alimentação para a comunidade. Mediante estes contextos é possível fazer uma analogia ao ideário de natureza construído pela sociedade ocidental, do homem enquanto dominador da natureza, que esta serve como meio da sobrevivência humana. O sistema de objetos e de sistema de ações que formam o território quilombola deste estudo, foi e é pensado na perspectiva de utilizar a natureza para a produção agrícola e moradia, sendo para isto que a natureza consiste. Nesta perspectiva ambiental, foi pensando possibilidades que potencializem o desenvolvimento local, e o meio ambiente deste território, seguem as possibilidades a seguir.

3.2 Um possível sistema de desenvolvimento local

A respeito da possibilidade de promoção para o desenvolvimento local da comunidade quilombola será apresentado em ações que envolvam atividades de geoturismo, geoeducação e a produção de um geoproduto. A ideia para essas possibilidades é que envolvam os mais jovens da família quilombola em atividades dentro da comunidade, e trazer pessoas de Aquidauana ou de outros lugares para conhecer a comunidade, para que toda esta ação potencialize o desenvolvimento do território identitário voltado para perspectiva ambiental.

O geoturismo consistiria na organização de atividades de trilhas e cicloturismo, pelo fato da comunidade estar entre furnas, o entorno consiste na morraria que pertence a Serra de Maracaju. A organização do sistema de trilhas, com instrutores, além de contar com o córrego das Antas que é próprio para banho, seria uma atividade articulada à trilha. Posteriormente havendo aprimoramento das atividades, colocar pontos para esportes radicais como rapel para abranger mais grupos. E o cicloturismo para potencializar a questão ambiental, poderia ser organizado a ida para as Furnas dos Baianos a partir de Aquidauana por meio de bicicletas.

A geoeducação estaria atrelada a atividade de geoturismo, pois usaria o sistema de trilhas, mas pensando em formas de trabalhar com alunos da educação básica com temáticas variadas em relação ao local, porém todas as temáticas voltadas para a perspectiva ambiental. Pensando nisto seria interessante uma integração para apoio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Secretarias de Educação Municipal e Estadual. O apoio da UFMS consistiria em um projeto de extensão em que os acadêmicos seriam os instrutores nas trilhas abordando as temáticas com os alunos da educação básica. O câmpus da universidade conta com os cursos de licenciatura em Biologia, Geografia, Pedagogia, História, Letras e bacharel em Turismo que poderiam abordar interdisciplinarmente questões a serem trabalhadas durante a trilha, sobretudo todos voltados para educação ambiental. O convênio com as secretarias de educação consistiria no apoio e logística para que os alunos possam fazer as excursões para as furnas.

A comunidade já tem um geoproduto que consiste na farinha, mas poderia pensar em outros geoprodutos, que poderia gerar uma renda e que articularia com as outras atividades, pelo fato das pessoas irem até a comunidade e poderem adquirir e levar um geoproduto produzido no local. Outro tipo de geoprodutos poderia geleia e licor de Tarumã que consiste numa planta nativa do Cerrado e sua polpa pode produzir geleias, licor e até vinho. Estes geoprodutos seriam interessantes para integrar os visitantes com uma árvore típica do cerrado, valorizar a produção artesanal, familiar, livre de conservantes e que potencializa o desenvolvimento local da comunidade quilombola.

As ideias consistiram em perspectivas que potencialize a preservação da identidade e do meio ambiente, para isto estas atividades ajudariam a interação dos jovens desta comunidade com o local, de modo de resgate as raízes, sempre pensando na preservação e na importância da natureza não só na perspectiva em relação ao ser humano, que também é natureza, mas que esta também possui um ciclo que precisa ser observado e respeitado.

4. Rediscutir para concluir

Contemporaneamente a concepção de natureza segue exteriorizada do homem, e a relação do homem com a natureza ocorre de modo perverso, o bioimperialismo consiste na organização desta relação se remetendo ao contexto global, onde e quando uma minoria detém da natureza, no sentido de posse e a massa tem acesso aos prejuízos desta relação que segue preceitos capitalistas, e que tais preceitos engendraram o conceito de natureza vigente na sociedade ocidental.

Mediante esta realidade atores locais e grupos identitários precisam ter resistência para conquistar e manter seus territórios. E por meio do desenvolvimento local, sustentar a resistência de seu espaço. Os atores locais deste artigo tiveram acesso ao território por meio da compra, mas que vem engendrando a auto afirmação enquanto identidade quilombola para garantia de direitos para promover o desenvolvimento.

Todo este processo é de importante compreensão, pois faz parte da diversidade do município de Aquidauana, e, sobretudo precisa fazer parte da vivência da população aquidauanense, para isto foram pensadas atividades como geoturismo, geoeducação e fabricação de geoprodutos para envolver os mais jovens em atividades no território identitário e promover o desenvolvimento local, pois este território não pode ter um fim.

Todo o contexto histórico e contemporâneo da comunidade, com a caracterização do sistema agrícola, as conquistas enquanto quilombolas e o modo de ser e viver de famílias com pequenos territórios formando o território quilombola estão inseridos no sistema de objetos e sistemas de ações. O território enquanto recorte espacial do espaço geográfico que consiste no conjunto indissociável do sistema de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996), pode ser perceptível no

território quilombola com o que se tem de objeto consiste nas próteses e os sistemas de ações que são garantia de direitos e a resistência em prol do desenvolvimento local.

A Comunidade Negra Rural Furnas dos Baianos pode pensar seu território como um espaço de preservação da identidade e do meio ambiente por meio de práticas que potencialize o desenvolvimento local e que integre a comunidade aquidauanense neste processo de preservação, compreendendo novos conceitos para além do sendo comum acerca do povo quilombola e da natureza. Este escrito evidencia, sobretudo, potencializar a identidade quilombola, a natureza por meio da preservação de ambos. Não é calculável a dívida do Estado brasileiro para com o povo negro mediante as barbáries vividas para sustentar a economia brasileira colonial, os direitos das minorias devem ser efetivados, e desenrolados para potencializar o conhecimento da sociedade para a própria história e partir daí (re)construir os entendimentos e posições.

Referências

- ABREU, M.; MATTTOS, H. “Remanescentes das Comunidades dos quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, p.1-19, jul 2011.
- BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/ Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.
- BRASIL. **Decreto Presidencial 4.887/2003 de 20 de novembro de 2003**. In: Diário Oficial da União Edição Número 227 de 21/11/2003.
- CRUZ, V. do C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A. C. A.; GONÇALVES, C. U.; NASCIMENTO, F. R. do.; ARRAIS, T. A (Orgs). **Itinerários Geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007.
- GONÇALVES, C. W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MS - Comunidade Furnas dos Baianos diz que ajuda do governo beneficia quilombola. In: Observatório Quilombola. 2013. Disponível em: < <http://www.koinonia.org.br/oq/noticias-detalhes.asp?cod=12427>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.
- NETO, C. J. **A Ocupação do Espaço Geográfico da Furna dos Baianos por afro-descendentes**. Aquidauana: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Geografia, Câmpus de Aquidauana, 2005.
- POLLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. Tradução: OLIVEIRA, A. G. de.; CRIONI, R.; OLIVEIRA, B. A. C. de C. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n.27, p.7-23, jan/jun. de 2010.
- RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SANTOS, J. B. dos. Território e Identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia. *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 32, p. 153-172, jan-jun 2009.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª Ed. 4ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: NAME, L. **GeoTextos**. vol. 6, n. 2, pag.163-186, dez. 2010.
- SPOSITO, E. S. Conceitos. In: _____. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.